Proposta de Curso de Especialização em Prática Jurídica Social – Residência Jurídica

a) Denominação do Curso

"Pós-graduação Lato Sensu em Prática Jurídica Social – Residência Jurídica"

b) Titulação conferida: Especialista em Prática Jurídica Social – Residência Jurídica

c) Modalidade: Presencial, matrículas por disciplina

d) Area do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas: Direito

e) Lotação do Curso: Faculdade de Direito

f) Modalidade de oferta: Presencial e gratuito

g) Perfil do Curso:

A Especialização em Prática Jurídica Social – Residência Jurídica, Pós-graduação Lato Sensu, funciona como um programa de educação em serviço, com duração de 2 (dois) anos, sob supervisão dos docentes vinculados a este programa. Situa-se no contexto do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito, abrangendo seus dois Laboratórios de Prática Jurídica Social: o Escritório Modelo de Assessoria Jurídica (EMAJ) e o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH). Projeto pioneiro da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande, a Residência pretende ser um espaço de diálogo entre a prática jurídica social (ensino), a pesquisa e a extensão jurídicas e entre graduação e a pós-graduação.

O programa é desenvolvido presencialmente e o objetivo principal é potencializar a formação jurídica-cidadã e social ao detentor de título de bacharel em direito com inscrição junto à OAB. Neste sentido, o curso traduz-se numa aproximação entre os contextos social e de práxis jurídica, no qual se espera capacitar o residente na atenção jurídica, social e humanista.

Para tal, ao longo do curso, além das disciplinas a ser cursadas, serão desenvolvidas atividades de integração entre extensão e educação jurídicas, objetivando, sobretudo, a formação de um residente capaz de refletir socialmente sobre seu contexto de atuação prática, possibilitando novas percepções sobre os conflitos e suas interações, bem como ressignificando seus conceitos de direito, justiça social e cidadania.

h) Turno de funcionamento: Integral

i) Número de Vagas anuais: 18

j) Condições para inscrição e critérios de seleção: Os alunos serão selecionados através de Processo Seletivo veiculado por Edital elaborado pelos órgãos competentes a ser disponibilizado no ambiente institucional, o qual explicitará os critérios de seleção e as condições para inscrição, entre as quais constará necessariamente a exigência de formação concluída em Direito (ou em Ciências Jurídicas) e a inscrição ativa como advogado na OAB/RS

k) Recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis e necessários para a realização do curso - Em relação aos recursos humanos, o curso contará com professores Mestres ou Doutores lotados na Faculdade de Direito, todos com inscrição ativa na OAB/RS além de um técnico-administrativo, todos já contratados e atuantes na Faculdade de Direito da FURG. Em relação aos recursos materiais, serão utilizadas as instalações e materiais do Laboratório de Prática Jurídica e do Centro de Referência em Direitos Humanos da Faculdade, além da Secretaria Geral da Unidade, que já se encontram equipados e em funcionamento e que contam com apoio das correlatas dotações orçamentárias necessárias ao funcionamento.

l) Orçamento detalhado e origem do financiamento - Considerando que o curso operará utilizando infraestrutura já disponível na Faculdade de Direito, o mesmo não necessitará de financiamento ou orçamento próprio. Eventuais necessidades futuras poderão ser supridas com os valores arrecadados a título de inscrição no respectivo processo seletivo.

m) Qualificação do corpo docente - O corpo docente (cujo currículo *lattes* segue anexo) será formado exclusivamente por professores mestres e doutores lotados na Faculdade de Direito, com inscrição ativa na OAB/RS, designados pela Faculdade de Direito nos termos dos respectivos Planos de Trabalho para atuarem nas disciplinas e nas orientações, sendo composto inicialmente pelos seguintes professores:

Docente	Regime de Trabalho	Titulação
Claudete Gravinis	40 horas	Doutor
Enio Duarte Fernandes	40 horas	Mestre
José Ricardo Caetano Costa	40 horas DE	Doutor
Miguel Antônio Silveira Ramos	40 horas	Mestre
Simone de Biazzi Avila Batista da Silveira	40 horas DE	Doutor

n) Objetivos do Curso

Objetivo principal é potencializar a formação prática jurídica-cidadã e social ao detentor de título de bacharel em direito com inscrição junto à OAB. Neste sentido, o curso traduz-se numa aproximação entre os contextos social e de práxis jurídica, por meio da extensão, pesquisa e educação jurídica, no qual se espera capacitar o residente na atenção jurídica, social e humanista, propiciando, especialmente ao recém-egresso da graduação, oportunidade sem precedentes para qualificar-se e ganhar efetiva experiência na advocacia ao mesmo tempo em que aprofunda seus conhecimentos sobre esta prática.

o) Justificativa do Curso

Há uma demanda muito grande dos bacharéis em Direito formados em toda região sul do país por uma capacitação em nível de pós-graduação que seja associada à possibilidade de experiência prática efetiva de atuação advocatícia em distintos processos. Assim, propicia-se ao egresso dos diversos cursos jurídicos, que comumente apresenta dificuldades de inserção no mercado de trabalho justamente pela ausência de experiência prática um duplo benefício: a efetiva educação orientada no exercício de suas atividades práticas, granjeando a desejada experiência, sob orientação especializada, e a reflexão qualificada, em nível de pós-graduação, sobre esta experiência. Trata-se, ademais, de programa inédito no país no formato em que se apresenta, que permite a FURG e a própria Faculdade de Direito referenciam-se nacionalmente ao capitanear uma experiência de ponta em termos de qualificação jurídica.

p) Organização didático-pedagógica do Curso

1) Requisitos para a Conclusão do Curso

1.1 Cumprimento, com aprovação, de 360 horas em disciplinas teóricas obrigatórias;

1.2 Cumprimento de 1800 horas em Atividades Complementares Práticas, no regime de educação em prestação de serviço público voluntário, nos termos da lei 9.608/1998, tendo por objetivo a atuação junto ao Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito, em um dos seus laboratórios de prática jurídica: Escritório Modelo de Assessoria Jurídica (EMAJ), ou Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), assim como no ambiente forense dos órgãos do Poder Judiciario Estadual ou Federal, totalizando carga de 20 horas semanais, num total de 90 semanas contínuas, interrompidas pelas férias forenses, sob a supervisão e orientação de um dos professores integrantes do corpo docente do Curso, nos termos do Regulamento respectivo aprovado pelo Conselho da Faculdade de Direito;

1.3 Desenvolvimento e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso, nos termos do Regulamento respectivo;

2) Disciplinas do Curso

Denominação da Disciplina	Localização	Duração	Carga Horária	Créditos
Processo Eletrônico Judicial brasileiro	1º ano 1º sem.	Semestral	30 h	2
Métodos e Técnicas de Pesquisa Jurídica integrada	1º ano 2º sem.	Semestral	30 h	2
Justiça Social e Resolução de Conflitos	1º ano	Anual	60 h	4
Residência em Prática Jurídica e Social I	1º ano	Anual	120 h	8
Residência em Prática Jurídica e Social II	2º ano	Anual	120 h	8

2.1) Disciplina: Métodos e Técnicas de Pesquisa Jurídica integrada

Lotação: FADIR

Código: (a definir)

Duração: Semestral

Caráter: Obrigatória

Localização no QSL (oferecimento): 1º ano - 2º semestre

Carga horária total: 30h

Carga horária semanal: 2h/aula

Créditos: 02

Sistema de avaliação: Nos termos do Regimento da Pós-graduação Lato Sensu Nota mínima para aprovação igual ou superior a 7,0 e frequência mínima de 75%

Pré-requisito: Não há

Ementa: Os Tipos de Conhecimento e a Pesquisa Jurídica. Reflexões jurídico-políticas sobre pesquisaem Ciências Jurídicas e sua integração com o ensino, a extensão e a prática jurídica, ao longo da história do ensino jurídico do Brasil. Marcos regulatórios da pesquisa jurídica e sua integração com o ensino, a extensão e a prática jurídica no contexto atual. Contextualização do ambiente de Prática Jurídica como espaço para o exercício da pesquisação e de outras técnicas de pesquisa jurídica. Níveis e Modalidades de Pesquisas.Técnicas de Pesquisa. Tipos de Métodos. As Teorias de Base e os Referenciais Teóricos. A Construção deum Projeto de Pesquisa integrado ao ensino teórico-prático e à extensão.

Bibliografia:

CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. “Metodologia Científica”. 4. ed. São Paulo : Makron Books, 2009.

CHIZZOTTI, Antônio. “Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais”. 3. ed. São Paulo : Cortez, 2008.

DEMO, Pedro. “Pesquisa: Princípio Científico e Educativo”. 5. ed. São Paulo : Cortez, 2007.

ECO, Umberto. “Como se Faz uma Tese”. 14. ed. São Paulo:Editora Perspectiva, 2010.

GIL, Antônio Carlos. “Como Elaborar Projetos de Pesquisa”. 3. ed. São Paulo : Atlas, 2011.

GIL, Carlos. “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social”. 5. ed. São Paulo : Editora Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. “Metodologia Científica”. 2. ed. São Paulo : Atlas, 2011.

LUCKESI, Cipriano et alli. “Fazer Universidade: uma proposta metodológica”. 10. ed. São Paulo : Cortez, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). “Pesquisa Social: teoria, método e criatividade”. 12. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2004.

SEVERINO, Joquim Severino. “Metodologia do Trabalho Científico”. 20ª ed. São Paulo : Cortez, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim et al. “Novos Enfoques da Pesquiva Educacional”. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. “Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais - A Pesquisa Qualitativa em Educação”. São Paulo : Atlas, 2010.

THIOLLENT, Michel. “Metodologia da Pesquisa-Ação”. 8. ed. São Paulo : Cortez, 2011.

Docente: José Ricardo Caetano Costa

2.2) Disciplina: Processo Eletrônico Judicial brasileiro

Lotação: FADIR

Código: (a definir)

Duração: Semestral

Caráter: Obrigatória

Localização no QSL (oferecimento): 1º ano - 2º semestre

Carga horária total: 30h

Carga horária semanal: 2h/aula

Créditos: 02

Sistema de avaliação: Nos termos do Regimento da Pós-graduação Lato Sensu Nota mínima para aprovação igual ou superior a 7,0 e frequência mínima de 75%

Pré-requisito: Não há

Ementa: Panorama histórico-crítico da introdução do Processo Eletrônico no sistema judicial brasileiro. Processo Eletrônico: lei 1.419/2006 e resoluções. Documento eletrônico e Certificado Digital. Sistemas de Processo Eletrônico. TRT4, TRF4, TJRS, CNJ, TST, STF, STJ. Escritório sem papel. Desafios atuais dos sistemas de processo judicial eletrônico.

Bibliografia:

RAMOS, Miguel Antônio S. Guia de Tecnologia para Advogados na Era do Processo Eletrônico - PJe-JT - Vol. 1. Rio Grande : Âmbito Jurídico, 2014

RAMOS, Miguel Antônio S. Guia de Tecnologia para Advogados na Era do Processo Eletrônico - Portal do Processo Eletrônico do TJRS - Vol. 2. Rio Grande : Âmbito Jurídico,2015.

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico. 5a. Ed.. São Paulo. Gen. 2015

ATHENIENSE, Alexandre. Comentários À Lei 11.419/06 e as práticas Processuais por meio eletrônico nos Tribunais Brasileiros. 2010. Curitiba: Juruá, 2010.

Docente: Miguel Antônio Silveira Ramos

2.3) Disciplina: Justiça Social e Resolução de Conflitos

Lotação: FADIR

Código: (a definir)

Duração: Anual

Caráter: Obrigatória

Localização no QSL (oferecimento): 1º ano

Carga horária total: 60 h

Carga horária semanal: 2h/aula

Créditos: 04

Sistema de avaliação: Nos termos do Regimento da Pós-graduação Lato Sensu Nota mínima para aprovação igual ou superior a 7,0 e frequência mínima de 75%

Pré-requisito: Não há

Ementa: Reflexões sobre o conceito de Conflito e Justiça. O Direito, a Justiça e a resolução de conflitos. Métodos heterocompositivos e autocompositivos. O processo e a visão de celeridade e efetividade à prestação jurisdicional. O convencimento motivado e a discricionariedade judicial. Princípios e garantias a tutela jurisdicional. Advocacia, ética e solução de Conflitos: Estatuto da OAB. Regulamentação Geral da Advocacia. Código de Ética e Disciplina. Prerrogativas do Advogado. Exercício Profissional. Métodos autocompositivos de resolução conflitos: Conciliação, Negociação e Mediação: aspectos gerais, suportes teóricos. Processo e Prática de Mediação Judicial e Extrajudicial: contexto, atores, ferramentas. Práticas colaborativas em advocacia: atores do processo colaborativo, compromisso de colaboração, procedimentos.

Bibliografia:

AMARAL, Márcia Terezinha Gomes, O Direito de Acesso a Justiça e a Mediação, Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2009

BOBBIO, NORBERTO. A era dos direitos, Rio de Janeiro, Elsevier Editora Ltda, 2004.

CEJA/OAB/RS. Manual do Jovem Advogado. http://www.oabrs.org.br/comissoes/ceja

FISCHER, Roger. Como chegar ao sim: negociações de acordos sem concessões, Rio de Janeiro: Imago, 2005

LOBO, Paulo. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB - 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015

PRADO, Lidia Reis de Almeida. O Juiz e a emoção: aspectos da lógica de decisão judicial, Campinas : Millennium, 2010.

RAMOS, Gisela Gondin. Estatuto da Advocacia – Comentários e Jurisprudência Selecionada - 6ª Ed. 2013. Belo Horizonte : Forum.

SCHNITMAN, Dora Fried et al, Novos Paradigmas em Mediação, Porto Alegre : Artes Médicas, 1999

SPENGLER. Fabiane. Da jurisdição ámediação : por uma outra cultura no tratamento de conflitos. Ijuí :Unijuí, 2010.

STRECK, LÊNIO, O que é isto? Decido conforme a minha consciência?, Porto Alegre, 5ª Edição, 2015.

SZAFIR, Alexandra Lebelson; TORON, Alberto Zacharias. Prerrogativas Profissionais do Advogado - 3ª Ed. 2010. São Paulo: Atlas.

WEINMANN, Amadeu de Almeida e Lamachia, Claudio. A história e a vida das prerrogativas da advocacia. 2012. Porto Alegre : Pradense.

Docentes:

Simone de Biazzi Avila Batista da Silveira

Claudete Gravinis

Miguel Antônio Silveira Ramos

2.4) Disciplina: Residência em Prática Jurídica e Social I

Lotação: FADIR

Código: (a definir)

Duração: Anual

Caráter: Obrigatória

Localização no QSL (oferecimento): 1º ano

Carga horária total:120h

Carga horária semanal: 4h/aula

Créditos: 08

Sistema de avaliação: Nos termos do Regimento da Pós-graduação Lato Sensu Nota mínima para aprovação igual ou superior a 7,0 e frequência mínima de 75%

Pré-requisito: Não há

Ementa: Debates e enfrentamento de problemas teórico-práticos acerca das situações reais encontradas pelos estudantes no desenvolvimento de suas atividades junto ao Núcleo de Prática Jurídica e seus laboratórios (Escritório de Modelo de Prática Jurídica e Centro de Referência em Direitos Humanos), em nível inicial de prática de residência, nos termos do Regulamento;

Bibliografia:

LOBO, Paulo. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB - 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015
RAMOS, Gisela Gondin. Estatuto da Advocacia – Comentários e Jurisprudência Selecionada - 6ª Ed. 2013. Belo Horizonte : Forum.
RAMOS, Miguel Antônio S. Guia de Tecnologia para Advogados na Era do Processo Eletrônico - PJe-JT - Vol. 1. Rio Grande : Âmbito Jurídico, 2014

RAMOS, Miguel Antônio S. Guia de Tecnologia para Advogados na Era do Processo Eletrônico - Portal do Processo Eletrônico do TJRS - Vol. 2. Rio Grande : Âmbito Jurídico,2015.

SCHNITMAN, Dora Fried et al, Novos Paradigmas em Mediação, Porto Alegre : Artes Médicas, 1999
SZAFIR, Alexandra Lebelson; TORON, Alberto Zacharias. Prerrogativas Profissionais do Advogado - 3ª Ed. 2010. São Paulo: Atlas.
WEINMANN, Amadeu de Almeida e Lamachia, Claudio. A história e a vida das prerrogativas da advocacia. 2012. Porto Alegre : Pradense.

Docentes:

Claudete Gravinis

Enio Duarte Fernandes

José Ricardo Caetano Costa

Miguel Ramos

Simone de Biazzi Avila Batista da Silveira

Disciplina: Residência em Prática Jurídica e Social II

Lotação: FADIR

Código: (a definir)

Duração: Anual

Caráter: Obrigatória

Localização no QSL (oferecimento):2º ano

Carga horária total: 120h

Carga horária semanal: 4h/aula

Créditos: 08

Sistema de avaliação: Nos termos do Regimento da Pós-graduação Lato Sensu Nota mínima para aprovação igual ou superior a 7,0 e frequência mínima de 75%

Pré-requisito: Residência em Prática Jurídica e Social I

Ementa: Debates e enfrentamento de problemas teórico-práticos acerca das situações reais encontradas pelos estudantes no desenvolvimento de suas atividades junto ao Núcleo de Prática Jurídica e seus laboratórios (Escritório de Modelo de Prática Jurídica e Centro de Referência em Direitos Humanos), em nível final de prática de residência, nos termos do Regulamento;

Bibliografia:

LOBO, Paulo. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB - 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015
RAMOS, Gisela Gondin. Estatuto da Advocacia – Comentários e Jurisprudência Selecionada - 6ª Ed. 2013. Belo Horizonte : Forum.
RAMOS, Miguel Antônio S. Guia de Tecnologia para Advogados na Era do Processo Eletrônico - PJe-JT - Vol. 1. Rio Grande : Âmbito Jurídico, 2014

RAMOS, Miguel Antônio S. Guia de Tecnologia para Advogados na Era do Processo Eletrônico - Portal do Processo Eletrônico do TJRS - Vol. 2. Rio Grande : Âmbito Jurídico,2015.

SCHNITMAN, Dora Fried et al, Novos Paradigmas em Mediação, Porto Alegre : Artes Médicas, 1999
SZAFIR, Alexandra Lebelson; TORON, Alberto Zacharias. Prerrogativas Profissionais do Advogado - 3ª Ed. 2010. São Paulo: Atlas.
WEINMANN, Amadeu de Almeida e Lamachia, Claudio. A história e a vida das prerrogativas da advocacia. 2012. Porto Alegre : Pradense.

Docentes:

Claudete Gravinis

Enio Duarte Fernandes

José Ricardo Caetano Costa

Miguel Ramos

Simone de Biazzi Avila Batista da Silveira

3) Cronograma do Curso - O curso terá a duração de dois anos, com quatro disciplinas no primeiro ano, sendo duas anuais e duas semestrais e uma disciplina anual no segundo ano de funcionamento, sendo que ao longo dos dois anos o estudante deverá realizar as 1800 horas em Atividades Complementares Práticas, no regime de educação em prestação de serviço público voluntário, nos termos da lei 9.608/1998, abrangendo atuação junto ao Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito, nos termos de Regulamento próprio. Para sua primeira turma, será seguido o seguinte cronograma, sujeito à alterações pelos órgãos competentes:

20/01/2017 a 15/02/2017	Período de inscrições para o processo seletivo
20/02/2017	Homologação das inscrições no processo seletivo
21/02/2017	Realização do processo seletivo
22/02/2017	Publicação do resultado do processo seletivo
Março de 2017	Início do 1ª ano letivo do curso e das Atividades Complementares do 1º ano do curso
Dezembro de 2017	Encerramento do 1ª ano letivo do curso
Janeiro de 2018	Início das Atividades Complementares do 2º ano do curso
Março de 2018	Início do 2ª ano letivo do curso
Dezembro de 2018	Encerramento do 2ª ano letivo do curso e das Atividades Complementares do 2º ano do curso. Período final para entrega do Trabalho de Conclusão de Curso